

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.845.259 - DF (2019/0321049-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE** : ANA LUCIA DA SILVA OLIVEIRA  
**ADVOGADO** : LEONARDO TAVARES CHAVES - DF025672  
**RECORRIDO** : DISTRITO FEDERAL  
**PROCURADOR** : IVAN MACHADO BARBOSA E OUTRO(S) - DF020432

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Ana Lúcia da Silva Oliveira, com amparo nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios assim ementado (e-STJ, fl. 625):

APELAÇÃO. DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. INCORPORAÇÃO DE GRATIFICAÇÃO. VERBAS RETROATIVAS. DIREITO RECONHECIDO ADMINISTRATIVAMENTE. DIREITO DE AÇÃO. INÉRCIA PRESCRIÇÃO INTERROMPIDA. ART. 4º, DECRETO-LEI N. 20.910/32. RETORNO DA CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. DIREITO PRESCRITO.

1. O prazo prescricional volta a fluir da data da decisão administrativa que reconheceu o direito do servidor a receber valores retroativos. Logo, caberia ao servidor atuar com diligência para cobrar a dívida antes do decurso do prazo. Não o fazendo, a pretensão encontra-se prescrita.

2. Apelo não provido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 639-645).

Alega a recorrente ofensa aos arts. 4º e 9º do Decreto n. 20.910/1932 e 202, VI, do Código Civil, sob o argumento de que o prazo prescricional somente voltaria a fluir após o pagamento dos valores reconhecidos administrativamente ou caso a administração praticasse algum ato incompatível com o interesse de saldar a dívida, quando se tornaria inequívoca a sua mora.

Portanto, argumenta o desacerto do acórdão recorrido em considerar que a prescrição voltou a correr com o simples reconhecimento do pedido na via administrativa, sem qualquer ato inequívoco que indicasse que o pagamento não ocorreria.

Sem contrarrazões, conforme certidão à e-STJ, fl. 670.

É o relatório.

Da análise do acórdão recorrido, observa-se que o Tribunal de origem entendeu que a pretensão autoral estaria prescrita, pois o prazo prescricional teria retomado o fluxo com o reconhecimento administrativo, ocorrido em 20/7/2011.

Confira-se (e-STJ, fls. 626-627):

Compulsando os autos, verifica-se que a autora procurou as vias administrativas no dia 5/10/2010 (processo nº 060.002059/1994), com o objetivo de ter reconhecido o seu direito à incorporação das parcelas referentes aos 10/10, do DF-2, pelo exercício do cargo em comissão de Chefe de Seção de Material e Patrimônio, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. O pedido foi integralmente atendido, administrativamente, em 20/07/2011, restando determinado que as parcelas devidas a partir da referida data seriam incorporadas na remuneração da autora e as parcelas anteriores ficariam pendentes de pagamento, por falta de verba.

A autora sustenta que o prazo prescricional encontra-se suspenso, em razão de o processo administrativo não ter chegado ao fim com a decisão que reconheceu a existência do seu direito, contudo, este não é o entendimento a ser aplicado no presente caso.

Com efeito, a autora deveria ter buscado outros meios para a satisfação do seu direito - pagamento das verbas atrasadas - reconhecido administrativamente, e não ter ficado inerte, esperando que a dívida fosse paga, ou que o seu direito viesse a ser abarcado pela prescrição, como de fato ocorreu.

Nesse contexto, deduz-se que o aresto impugnado está em dissonância com a jurisprudência consolidada desta Corte segundo a qual, em caso de reconhecimento administrativo de débito, "o prazo prescricional suspenso somente volta a fluir, pela metade, quando a Administração pratica algum ato incompatível com o interesse de saldar a dívida, quando se torna inequívoca a sua mora" (REsp 1.270.439/PR, Rel. Min. Castro Meira, Primeira Seção, julgado em 26/6/2013, DJe 2/8/2013).

Nesse mesmo sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. RECONHECIMENTO ADMINISTRATIVO DO DIREITO. INTERRUÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. AÇÃO DE COBRANÇA EM QUE SE BUSCA APENAS O PAGAMENTO DAS PARCELAS RETROATIVAS, AINDA NÃO PAGAS. PROCESSO ADMINISTRATIVO NÃO ENCERRADO. SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. OCORRÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE NEGATIVA DO DIREITO PLEITEADO. PRECEDENTE DA PRIMEIRA SEÇÃO, EM JULGAMENTO REALIZADO SOB A SISTEMÁTICA DO ART. 543-C DO CPC. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. Na forma da jurisprudência desta Corte, "inexistindo manifestação expressa da Administração Pública negando o direito reclamado, não ocorre a prescrição do chamado fundo de direito, mas das parcelas anteriores ao quinquênio que precedeu à propositura da ação, ficando caracterizada relação de trato sucessivo, nos termos da Súmula n. 85/STJ" (STJ, AgRg no AREsp 631.269/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 07/05/2015).

II. Caso concreto em que, consoante restou reconhecido, pelo Tribunal de origem, o direito pleiteado pela parte autora, ora agravada, foi reconhecido, pela Administração, não se tendo encerrado, todavia, o respectivo processo administrativo, restando, assim, suspenso o prazo prescricional.

III. Embora o reconhecimento administrativo do pedido importe na interrupção do prazo prescricional, este somente se reiniciará, pela metade, quando a Administração praticar algum ato incompatível com o interesse de saldar a dívida, ou seja, quando se tornar inequívoca a sua mora, o que não ocorre, quando o processo administrativo não houver sido concluído, hipótese em que o prazo prescricional permanecerá suspenso. Precedente: STJ, REsp 1.270.439/PR (Rel. Ministro CASTRO MEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 02/08/2013), julgado sob o rito do art. 543-C do CPC.

IV. Uma vez ultrapassada a prejudicial de mérito, acolhida pelo Tribunal de origem, faz-se necessário o retorno dos autos àquela Corte, para que prossiga, no julgamento do mérito da controvérsia, o qual não pode ser apreciado pelo STJ, não apenas porquanto não prequestionado, mas a fim de se evitar indevida supressão de instância. Precedente: STJ, AgRg nos EDcl no AgRg no REsp 1.476.367/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 04/08/2015.

V. Agravo Regimental improvido.

(AgRg no REsp 1.304.517/SC, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/2/2016, DJe 9/3/2016)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. DIFERENÇAS SALARIAIS. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA.

1. Trata-se de Ação Ordinária de cobrança de diferenças salariais, relativa à atualização de parcelas devidas por força da transformação de quintos incorporados, mediante correlação de função, de acordo com os Decretos 96898/1988 e 1.745/1992.

2. A demanda foi ajuizada em 23.10.2009, e a União alega que ocorreu prescrição, pois os débitos abrangem o período de julho de 1998 a julho de 2003.

3. O Tribunal de origem consignou, a respeito da prescrição: a) teve seu fluxo obstado em 25.4.2002, quando instaurado processo administrativo com base no requerimento da servidora pública; b) foi interrompida em 23.7.2003, quando houve o reconhecimento expresso da existência do *an debeatur*; e c) operou-se a renúncia em 18.10.2006, quando apurado o *quantum debeatur*.

4. O STJ, no julgamento do REsp 1.270.439/PR, no rito do art. 543-C do CPC, ao interpretar os arts. 4º e 9º do Decreto 20.910/1932, estabeleceu que, uma vez interrompido, o prazo prescricional é contado pela metade, fica obstado até a individualização do montante devido, e se reinicia quando a Administração pratica algum ato incompatível com o interesse de saldar a dívida, quando se torna inequívoca a sua mora.

5. Dentre as premissas fáticas estabelecidas no acórdão hostilizado, insusceptíveis de reexame neste Tribunal Superior, consta que a Administração,

# *Superior Tribunal de Justiça*

em 09/2007 e 11/2007, efetuou o pagamento de parcela da dívida reconhecida.

6. Dessa forma, se em 09/2007 a União ainda demonstrava intenção de quitar o débito, e a demanda foi ajuizada em período inferior aos dois anos e meio (in casu, 10/2009), não houve prescrição.

7. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 69.217/SC, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/8/2013, DJe 17/9/2013)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, V, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I e III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial, a fim de afastar a prescrição da pretensão autoral e determinar a devolução dos autos ao Juízo de primeiro grau para promover novo julgamento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator